

ANÁLISE DAS INFÂNCIAS INDÍGENAS DO DF

Natalia de Souza Duarte – Universidade de Brasília¹

Cecília Cristina Robert - Universidad Nacional de Cuyo

Elizandio Marinho Xerente - – Secretaria de Educação do Distrito Federal

Martha Paiva Sacárdua – Secretaria de Educação do Distrito Federal

Thaís Rodrigues de Freitas - Universidade de Brasília

Palavras-chave: Infâncias indígenas; políticas públicas; escolas indígenas; educação decolonial.

Esta pesquisa do DF integra o Projeto de Pesquisa Observatório dos Povos Originários e suas Infâncias – OPOInfâncias/CEAM/UnB que envolveu seis universidades em seis estados brasileiros entre 2023 e 2024. Investigou o acesso às políticas públicas de crianças e adolescentes indígenas no Brasil e foi financiada por mandato parlamentar. Em 2024 foi realizada a pesquisa sobre a análise situacional das condições de vida e acesso a políticas públicas das crianças indígenas no Distrito Federal, especialmente no que se refere ao direito à educação indígena, que passamos a apresentar.

Conduzida por equipe multidisciplinar vinculada ao tema e contando com três pesquisadores indígenas, tinha por pergunta orientadora **“quais as condições de vida e acesso às políticas públicas de educação das crianças indígenas no Distrito Federal?”** A partir do reconhecimento das interseccionalidades agenciadas por uma economia exploratória e predatória de vidas com matriz advinda da colonização, a hipótese construída era de que **as infâncias indígenas do DF são violadas em seus direitos assegurados no pacto constitucional em função da invisibilização e do não acesso aos serviços públicos que asseguram os direitos humanos.**

O objetivo geral era analisar a situação das crianças indígenas do DF, com exame detalhado dos desafios que as crianças indígenas do Santuário dos Pajés e Noroeste enfrentam no exercício do direito à educação, propondo soluções e recomendações para melhorar qualidade de vida e garantir a promoção, defesa e controle do direito à educação. Para tanto, a investigação qualitativa foi constituída de três etapas: pesquisa bibliográfica com levantamento e análise crítica dos estudos e pesquisas publicados sobre o tema; pesquisa documental a fim de conhecer os indígenas do Distrito Federal, suas infâncias, renda, trabalho, famílias, faixa

¹ nataliasduarte@gmail.com

etária, distribuição geográfica, acesso a direitos; e, realização de Rodas de Conversa com os povos indígenas do Santuário dos Pajés e Noroeste-DF, Funai e SEEDF. A intenção era erguer com esses povos, análise histórica e contextual do direito à educação de suas crianças indígenas, identificando políticas, ações e impactos passados e atuais no direito à educação e co-construir recomendações.

A partir do materialismo histórico-dialético e das teorias interseccionais (Gonzales, 1994) e decolonial (Mignolo, 2008), as análises ocorreram a partir da perspectiva crítica, desobediência epistêmica e considerando a colonização como violência fundante de nossa sociabilidade. Decolonialmente e de forma contra-colonial, entende que os Direitos Humanos precisam ser epicentro do pacto civilizatório atual, reconhecendo, respeitando e considerando a população indígena na implantação de políticas públicas que atendam suas especificidades. Assim como o protagonismo infantil o modo adequado e culturalmente sensível para construir uma educação decolonial com as crianças indígenas (Robert, 2019).

Nosso pacto constitucional estabelece um estado social brasileiro comprometido com a cidadania concebida como exercício de direitos (Duarte, 2014). Também reconheceu os indígenas como cidadãos plenos e diferenciados, respeitando o preceito de sua “organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam” (CF 1988, art. 231). As análises buscaram as contradições especialmente em seu aspecto principal. A realidade das infâncias indígenas do DF apresenta uma série de contradições “cuja superação conduz a patamares de crescente complexidade, nos quais novas contradições impulsionam a outras superações” (Netto, 2011, p. 31).

A pesquisa bibliográfica revelou um território-corção do Planalto Central brasileiro, com rica e dinâmica história de ocupação indígena há milhares de anos, especialmente pelos povos do tronco linguístico Macro-Jê, com vestígios de ocupação humana, cerâmicas, ferramentas de pedra e outros artefatos que atestam a presença de comunidades indígenas na área muito antes da chegada dos europeus. Essa presença ancestral legou implicações culturais, sociais e ambientais entre 1700 e 1900 dos povos Kayapó, Xakriabá, Xerente, Krixá e Anicum - também falantes do tronco linguístico Jê (Funari e Noeli, 1999).

O bioma do Cerrado mais expandido ainda era habitado por outros diversos povos indígenas, entre os quais os Xavante, Xerente, Krahô e Kayapó, pertencentes ao tronco Macro-Jê. Os povos do Macro-Jê desenvolveram tecnologias sofisticadas, com técnicas de agricultura itinerante, caça, pesca e coleta, além de uma profunda relação espiritual com o meio ambiente por parte dos indígenas (Prous, 2006). Estas práticas não apenas garantiram a subsistência, mas também mantiveram o equilíbrio ecológico desse importante bioma. Sem esse registro da

presença do protagonismo indígena, a história fica incompleta e colonial. Por isso a inclusão das temáticas decoloniais como parte integrante dos currículos escolares é tão fundamental para resgatar e valorizar as contribuições dos povos indígenas para a história da região (Scárdua, 2016). O território do Distrito Federal, antes de ser o centro político do Brasil de hoje, foi e continua sendo um espaço ancestral dos povos Macro-Jê.

Para realizar a etapa 2 desta pesquisa sobre análise situacional das crianças indígenas do DF buscou-se informações sobre as infâncias indígenas, quem e quantas eram, onde estavam, quais direitos acessavam e como estava sua educação formal a partir de documentos oficiais e relatórios da CODEPLAN, IBGE, CADÚnico e SEEDF. Os dados obtidos são obscuros, imprecisos e contraditórios.

Como **não há** números oficiais sobre quantas crianças indígenas existem no DF, estimamos a partir da triangulação dos dados e encontramos algumas contradições. A primeira é sobre quantos indígenas habitam o DF. Em 2015 o DF contava com 6.128 indígenas concentrados quase que exclusivamente em área urbana. Já em 2022, o Censo (IBGE, 2023) revelou população 10,5% inferior, registrando 5.813 indígenas, **na contramão do crescimento registrado no Brasil de 84,3%**.

Pesquisou-se o Observatório do Cadastro Único (MDS, 2024) na plataforma do Cadastro Único e o quadro encontrado nessa etapa da pesquisa é desolador. Em junho de 2024 o Distrito Federal (DF) possuía apenas **372 famílias indígenas cadastradas** resultando em 898 pessoas. Segunda contradição já que **apenas 15,4%** das famílias indígenas do DF estão cadastradas **ante 33,2%** das famílias não indígenas do DF. Comparados com os dados nacionais a diferença é ainda maior: **46,2% das famílias brasileiras estão cadastradas e 50,2% das famílias indígenas brasileiras**. Um inquestionável caso de sub-representação e subatendimento passível de denúncia.

A partir do quadro apresentado, questiona-se a flagrante invisibilidade dos povos originários no DF: trata-se de projeto de estado sob a égide do neoliberalismo neoconservador? Para Duarte (2023), esse apagamento é produzido a partir da busca pelo estado mínimo e a consequente desresponsabilização da política social de garantia de direitos. Esse movimento faz recair sobre as famílias, mais especificamente sobre as mulheres, a precária provisão individual e comunitária de cuidados e direitos que o Estado deveria assegurar.

Na busca por maior aproximação sobre as infâncias indígenas do DF e seu direito à educação estimou-se, a partir do IBGE Educa, haver 1.395 indígenas de 0 a 14 anos e 1.453 de 15 a 19 anos totalizando **2.848 indígenas que deveriam estar estudando**. Entretanto, nos

documentos oficiais da SEDF constam apenas e tão somente **581 estudantes indígenas na rede pública do DF**. Um absurdo apagamento para 79,4% da população indígena em idade escolar.

A educação indígena é uma das modalidades da educação básica e deve ser ofertada pelos sistemas de ensino às comunidades indígenas, contemplando os conteúdos não indígenas, os conhecimentos da cultura, reconhecendo e valorizando a identidade indígena. Para Baniwa (2019), a escola indígena é a forma em que se operam ideias e ações da educação indígena intercultural bilíngue e diferenciada, com práticas próprias de reconhecimento e vivência sociocultural. Entretanto, a despeito da demarcação existente no DF e dos marcos legais, em flagrante omissão, GDF e GF não oferecem escola indígena oficial e nem apoiam as escolas indígenas construídas e mantidas vivas e em funcionamento pelos povos do Santuário dos Pajés e Noroeste. Foi o resultado das Rodas de Conversa realizadas.

A partir da técnica snowball/bola de neve (Bockorni e Gomes, 2021) realizaram-se 10 Rodas de Conversas (Borges e Santos, 2005) que ocorreram entre maio e agosto de 2024. Conforme as Rodas iam acontecendo, os pesquisadores participantes das Rodas elaboravam uma memória socializada, discutida, acrescida, alterada até chegar a um consenso possível, sempre respeitando a autoria indígena.

As oito Rodas de Conversas realizadas com os povos indígenas do Santuário dos Pajés e Noroeste produziram ricos saberes historiográficos que também confirmaram nossa hipótese de que as infâncias indígenas do DF são violadas em seus direitos constitucionais em função da invisibilização e do não acesso aos serviços públicos que asseguram os direitos humanos. Adicionalmente revelaram que os direitos indígenas e de suas infâncias são moderados e até mesmo modulados pela demarcação de suas terras.

O apagamento das infâncias indígenas do DF apresentado também fez-se sentir nas Rodas de Conversas institucionais com a SEDF e a FUNAI. Os participantes deram destaque à importância das políticas sociais específicas para assegurar às comunidades indígenas o direito à educação, saúde, assistência social, cultura, renda, segurança alimentar diferenciadas, além das escolas indígenas bilíngues. As Rodas também revelaram a importância de ações públicas inovadoras, com maior flexibilidade e plasticidade, já que operadas a partir de um marco legal muito restritivo e dependente da demarcação.

Por fim, a realização das três etapas da pesquisa nos permitiu, além de confirmar a nossa hipótese da pesquisa, propor recomendações aos órgãos do GDF e Governo Federal para a promoção, proteção e garantia do direito às infâncias indígenas do DF, dentre as quais destacamos: que o Governo Federal e GDF viabilizem e acompanhem demarcação dos povos do Noroeste; que se constitua unidade executora da Funai para o DF; formação decolonial

específica para constituição; intersetorialidade na rede de proteção dos indígenas do DF; adequação do transporte escolar; escola indígena no Noroeste; Pedagogia Decolonial; criação de turma específica para acolher os Guajajara na EC 115 Norte como dos Warao; e, constituição de rede de proteção socioassistencial específica e intersetorial para as infâncias indígenas do DF.

Referências bibliográficas

BOCKORNI, Beatriz Rodrigues Silva; GOMES, Almiralva Ferraz Gomes. A amostragem em snowball (Bola de Neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da administração. Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR, Umuarama, v. 22, n. 1, p. 105-117, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/empresarial/index>. Acesso em 28 abr. 2024.

DUARTE, Natália de Souza. Desafios da escola pública frente à militarização e criminalização da pobreza. In: MACIEL, C. E. DUARTE, N. e SIQUEIRA, R. (org.). XII SEMINÁRIO REGIONAL CENTRO-OESTE, 2023, Brasília. Políticas educacionais: Resistência e retomada da democracia e do Estado. Meio Eletrônico, Anpae, Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/10-Livros/LIVROS-2023/PolíticasEducativasResistenciaERetomada.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2023.

_____. Diretrizes orientadoras para educação em direitos humanos. In Docência na socioeducação. Orgs OLIVEIRA, C. B. e MOREIRA, P. C. B. Brasília: Universidade de Brasília, Campus Planaltina, 2014. ISBN: 978-85-64593-20-6

FUNARI, Pedro Paulo, NOELLI, Francisco Silva. Pré-História do Brasil. São Paulo – SP: Editora Contexto, 1999.

MIGNOLO, Walter D. Histórias locais, projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2003.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. Observatório do Cadastro Único. Site. 2024. Disponível em <https://paineis.cidadania.gov.br/public/extensions/observatorio-do-cadastro-unico/index.html>.

Modalidade Profissional – PPGEMP, Brasília-DF, 2023.

NETTO, José Paulo. Introdução ao estudo do método de Marx. - 1.ed.- Sao Paulo: Expressao Popular, 2011.

PROUS, André. O Brasil Antes dos Brasileiros. Zahar, 2006.

SCARDUA, Martha Paiva. Espaços de educação libertadora: a dissidente voz de uma escola suficientemente boa. 2016. 530 f. Tese (Programa Strictu Sensu em Educação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2016.